



INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ
CAMPUS COCAL
CURSO ESPECIALIZAÇÃO EM EDUCAÇÃO ESPECIAL E INCLUSIVA

AURILENE GALENO RABELO

**UMA ANÁLISE SOBRE O PROCESSO DE INCLUSÃO DE DISCENTES SURDOS
NA EDUCAÇÃO BÁSICA**

COCAL
2023

AURILENE GALENO RABELO

UMA ANÁLISE SOBRE O PROCESSO DE INCLUSÃO DE DISCENTES SURDOS
NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Trabalho de Conclusão de Curso (artigo científico) apresentado como exigência parcial para obtenção do diploma do Curso de Especialização em Educação Especial e Inclusiva do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí, Campus Cocal.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Nádia Mendes dos Santos

COCAL

2023

UMA ANÁLISE SOBRE O PROCESSO DE INCLUSÃO DE DISCENTES SURDOS NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Aurilene Galeno Rabelo ¹

RESUMO

O aluno com surdez é pouco reconhecido no contexto escolar, pois nem todas as escolas não existem profissionais aptos a librase. Ademais, percebe-se que a inclusão desta minoria em escolas ainda é um fator que deve ser melhorado, não só em pautas, como artigos e leis, mas como também precisa que a escola agarre os portadores NE (Necessidades especiais) com bastante respaldo, nas escolas públicas e privadas possuem documentos, como o PPP (Projeto Político Pedagógico). Neste projeto objetiva-se analisar o processo de inclusão voltadas a alunos surdos no contexto escolar do Brasil. A Constituição Federal (BRASIL, 1988), já postula em seu artigo 208, o atendimento educacional para as pessoas com deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino. A inclusão de pessoas surdas na sociedade em sido consideravelmente explorada nos últimos anos, como exemplos, podemos citar os trabalhos de Sacks (2010), Borges e Nogueira (2012) e Gianotto (2020), que nos permitem observar os movimentos de inclusão de pessoas surdas na sociedade. Percebeu-se por meio da pesquisa bibliográfica a realidade do aluno surdo no contexto educacional, bem como a inclusão dos mesmos.

Palavras-chaves: Aluno surdo; Escola; Inclusão.

ABSTRACT

Students with deafness are little recognized in the school context, as not all schools do not have professionals capable of learning Libras. Furthermore, it is clear that the inclusion of this minority in schools is still a factor that must be improved, not only in guidelines, such as articles and laws, but also the school needs to embrace those with NE (Special Needs) with plenty of support, in public and private schools they have documents, such as the PPP (Pedagogical Political Project). This project aims to analyze the inclusion process aimed at deaf students in the Brazilian school context. The Federal Constitution (BRASIL, 1988), already postulates in its article 208, educational assistance for people with disabilities, preferably in the regular education network. The inclusion of deaf people in society has been considerably explored in recent years, as examples, we can mention the works of Sacks (2010), Borges and Nogueira (2012) and Gianotto (2020), which allow us to observe movements for inclusion of people deaf in society. Through bibliographical research, the reality of deaf students in the educational context, as well as their inclusion, was perceived.

Keywords: Deaf student; School; Inclusion.

¹ Licenciatura em Pedagogia. Universidade Estadual do Piauí. E-mail: agalenorabelo@gmail.com

1 INTRODUÇÃO

Atualmente, sabe-se que a inclusão da pessoa com deficiência nas escolas ainda é um paradigma, entende-se que o portador de deficiência, seja ela física ou intelectual é levado de modo que cada escola deve adequar-se não só os docentes, mas todo o corpo docente e discente e demais profissionais do âmbito escolar.

As primeiras experiências vividas no ambiente escolar são essenciais para a construção da relação do indivíduo com os outros, do modo como este se coloca no mundo e frente ao conhecimento e ao ato criativo (ROSA, 1998). Vale ressaltar que a inclusão da pessoa com deficiência é obrigatória, seja nas séries iniciais do ensino fundamental, quanto nas séries finais do ensino fundamental, séries do médio como também nas Universidades Públicas e privadas.

A pessoa com deficiência é um ser humano como qualquer um, mas com diversas limitações, não só na sociedade, quanto no ambiente educacional, em especial na infância o portador deve ser incluído na sala de aula e com ajuda de um professor destinado à sua deficiência. Após a publicação da Declaração de Salamanca em 1994, a proposta da inclusão escolar passou a ser um direito das crianças com deficiência (GOMES; BARBOSA, 2006).

Segundo Albres e Neves (2013), o atendimento no meio educacional ao cidadão surdo no Brasil, teve início na época do Império com a inauguração da primeira escola para surdos em 1857, no Rio de Janeiro, o Imperial Instituto dos Surdos Mudos, que atualmente é conhecido como Instituto Nacional da Educação de Surdos (INES).

O aluno com surdez é pouco reconhecido no contexto escolar, pois nem todas as escolas não existem profissionais aptos em libras, bem como também não há professores que não tiveram formação em sua graduação. Dessa forma é necessário que faça uma análise para que possa compreender se há um processo de ensino e aprendizagem e inclusão dos mesmos na escola do Brasil.

A deficiência por sua vez gera vários fatores que possibilita o processo de ensino e aprendizagem deles, sabe que para o processo de ensino e aprendizagem seja eficaz não basta só receber na escola, mas como também precisa haver diálogo com pais e a escola para que se possa traçar metas para a pessoa com tal deficiência. Sendo assim, o direito de acesso ao ensino é também um exercício de cidadania. De forma que, o cidadão independente de sua condição física,

psicológica, moral, econômica e social tem o direito assegurado pelo Decreto nº 6.094/2007, de usufruir dos espaços municipais, estaduais e federais de educação.

Ademais, percebe-se que a inclusão desta minoria em escolas ainda é um fator que deve ser melhorado, não só em pautas, como artigos e leis, mas como também precisa que a escola acolha o NE com bastante respaldo, nas escolas públicas e privadas possuem documentos, como o PPP (Projeto Político Pedagógico) que norteia à escola de como deve se lidar com esse público e seus direitos em seu contexto escolar.

A Nota Técnica nº 24/2013/MEC/SECADI/DPEE, assegura o direito a um sistema educacional inclusivo em todos os níveis de ensino, orientando também em relação à formação inicial e continuada dos profissionais da educação.

Nessa perspectiva, percebe que o aluno surdo na escola ainda é vulnerável, pois sabe que nem todas as escolas possuem intérprete de língua, bem como também nem todos os professores possuem formação em libras, ressalta-se que precisa ser analisado documentos de escolas, bem como o PPP (Projeto Político Pedagógico) que mostra que a escola deve trabalhar junto a família essa problemática enfrentada nos dias atuais.

Esta pesquisa tem como objetivo analisar o processo de inclusão voltado a alunos surdos no contexto escolar do Brasil.

2 INCLUSÃO NO CONTEXTO ESCOLAR DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

A inclusão, articula-se aos direitos humanos e democráticos, sob influências locais, globais, ideológicas, econômicas, sociais e culturais (NOZU, 2018). Em termos históricos, verifica-se a luta das pessoas com deficiências e seus familiares pelos seus direitos em nível mundial através das diferentes convenções e declarações.

A Constituição Federal (BRASIL, 1988), já postula em seu artigo 208, o atendimento educacional para as pessoas com deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino. Direito garantido também pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (BRASIL, 1996) e no Estatuto da Pessoa com Deficiência (BRASIL, 2015) é de fundamental importância a efetivação das políticas existentes para que mecanismos legais possam garantir o direito de todas as crianças conviverem e aprenderem juntas em espaços regulares de ensino (GARCIA, 2007).

Segundo Carvalho (2004) a educação inclusiva pressupõe um movimento contra qualquer tipo de exclusão que venha a ocorrer dentro dos espaços educacionais do ensino regular, na medida em que se assenta. Percebe-se que no meio educacional houve alguns avanços, como o lançamento do tema transversal pluralidade cultural nos Parâmetros Curriculares Nacionais, os Parâmetros Curriculares Nacionais para as escolas indígenas, bem como o Programa Educação para a diversidade, Diversidade na Universidade, e Cidadania e Educação Inclusiva (RODRIGUES; ABRAMOWICZ, 2011).

3 SURDEZ NO CONTEXTO ESCOLAR

A inclusão de pessoas surdas na sociedade tem sido consideravelmente explorada nos últimos anos, como exemplos, podemos citar os trabalhos de Sacks (2010), Borges e Nogueira (2012) e Gianotto (2020), que nos permitem observar os movimentos de inclusão de pessoas surdas na sociedade.

Neste sentido, observa-se que as crianças surdas, devido às dificuldades acarretadas pelas questões de linguagem, encontram-se defasadas no que diz respeito à escolarização, sem o adequado desenvolvimento e com um conhecimento aquém do esperado/desejado para a idade. Vem daí a necessidade de criação de propostas educacionais que atendam às necessidades dos sujeitos surdos, a fim de favorecerem o desenvolvimento efetivo de suas capacidades. Na busca pela melhor saída para tais problemas, várias abordagens e práticas pedagógicas são utilizadas (MOURA, 1999, LACERDA; MANTELATO, 2000).

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), cerca de 10,7 milhões de brasileiros possuem deficiência auditiva, representando 5,1% da população no Brasil, sendo 1 milhão crianças e jovens de até 19 anos.

Em 1880 aconteceu um Congresso Internacional de Educadores Surdos em Milão na Itália e por meio de votação decidiram que a melhor forma de educar os surdos seria por meio da comunicação oral, proibindo o uso de sinais na comunicação e educação dos surdos. Apenas em 1980 a 1990 surge no Brasil a filosofia da educação permitindo que os surdos utilizem toda e qualquer forma de comunicação” (KALATAI e STREIECHEN).

Através da língua nos constituímos plenamente como seres humanos, comunicamo-nos com nossos semelhantes, construimos nossas identidades e

subjetividades, adquirimos e partilhamos informações que nos possibilitam compreender o mundo que nos cerca e é nesse sentido que a linguagem ocupa um papel essencial na organização das funções psicológicas superiores (GESSER, 2014).

Quando se opta pela inserção do aluno surdo na escola regular, esta precisa ser feita com muitos cuidados que visem garantir sua possibilidade de acesso aos conhecimentos que estão sendo trabalhados, além do respeito por sua condição linguística e por seu modo peculiar de funcionamento. Isso não parece fácil de ser alcançado e, em geral, vários desses aspectos não são contemplados, como o fato do surdo, em geral, não ter uma língua compartilhada com seus colegas e professores, e de estar em desigualdade linguística em sala de aula (BOTELHO, 1998; LACERDA, 2000).

As concepções acerca da surdez e das estratégias didáticas para o ensino dos surdos, bem como as relações dos docentes e discentes surdos nas práticas pedagógicas constituem elementos centrais para as propostas educativas (TARTUCI, 2007).

Os processos de inclusão dos indivíduos com surdez traziam implicações para o planejamento e práticas pedagógicas. Nesse sentido, o reconhecimento das singularidades e diferenças linguísticas dos surdos é uma premissa central do planejamento e práticas pedagógicas. (GUARINELLO et al, 2008).

4 METODOLOGIA

4.1 Modalidade da pesquisa

Esta pesquisa se baseia numa análise qualitativa, que então terá como contrapartida uma pesquisa bibliográfica, do tipo descritiva. Para Macedo (1994), a pesquisa bibliográfica consiste numa espécie de varredura do que existe sobre um assunto e o conhecimento dos autores que tratam desse assunto, a fim de que o estudioso “não reinvente a roda”. Assim, para o presente trabalho foi realizado um estudo bibliográfico com a escolha de diferentes artigos, relacionado com a inclusão de alunos surdos nas escolas do Brasil. No qual foram analisados os objetivos e resultados desta temática.

4.2 Instrumentos de coleta de dados

Foi feita uma análise sobre este tema em bases acadêmicas, como Google Acadêmico, e sites de instituições, que foi analisado nos artigos o objetivo geral do trabalho dos autores da pesquisa. Sendo assim, contribuiu para o desenvolvimento deste trabalho nos resultados e discussão. Por fim, serão apresentados os resultados e discussões acerca do tema usando tabelas.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Quadro 1 – Objetivo geral dos autores em relação a surdez no contexto educacional.

Autor	Objetivo geral do trabalho do autor
SIMÕES, 2021.	Pretende-se contribuir para a reflexão acerca de práticas inclusivas envolvendo surdos, procurando compreender seus efeitos, limites e possibilidades e buscando uma atitude educacional responsável.
MOTA, 2019.	Analisar a realidade vivida no contexto de um Colégio Estadual, escola da Zona Rural da Cidade de Conceição do Coité, estado da Bahia, cujo espaço traz uma realidade de inclusão de surdos no ensino regular.
FRANCO, 2016.	Investigar a importância da interação afetiva entre docente e estudante viabilizada por aspectos da educação inclusiva da pessoa surda no contexto escolar
SOUZA, 2022.	Identificar os desafios da aprendizagem de Química por uma estudante surda do 2º ano do ensino médio.
MACEDO E SANTANA, 2020.	Propõe refletir acerca das políticas públicas de inclusão do aluno surdo no contexto escolar, buscando identificar

	as dificuldades encontradas pelos alunos surdos em sala de aula.
--	--

Fonte: Elaborada pelo autor (2023)

Conforme o quadro 1 acima foi perceptível no objetivo geral de Simões (2021) uma sensibilização acerca da problemática envolvendo o discente surdo, bem como práticas pedagógicas, isso mostra que este autor considera que o processo de ensino e aprendizagem do discente tem que está na incuso na gamificação de saberes, seja de conteúdo ou até mesmo das adversidades da escola.

Na perspectiva de Mota (2019) visa analisar a surdez no contexto educacional da escola da educação regular, vale ressaltar que ele mesmo afirma que há uma inclusão na escola de Zona Rural da Região, isso mostra que pra ele há então a inclusão. De acordo com Franco em seu objetivo evidencia uma troca de afetividade entre docente e discente e isso faz com que não ocorra apenas o processo de ensino e aprendizagem, mas como também uma sensibilização por parte do docente.

A Química para muito é bastante difícil, imagine para uma aluna surda, no objetivo geral do autor SOUZA (2022) visa identificar a dificuldade de uma aluna surda do 2º ano de química, se já para quem não tem nenhuma deficiência, imagine para uma pessoa surda e por fim no objetivo de Macedo e Santana (2020) propõe refletir acerca das políticas públicas voltadas de inclusão no contexto educacional, isso percebe-se que o autor está preocupado com as políticas que regem os portadores de necessidades especiais, bem como o aluno surdo, no Brasil há políticas voltadas para os surdos.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conclui-se que a inclusão ainda está longe de ser um fato concreto, pois em quase todos os trabalhos selecionados não houve celeridade em fazer que ocorra o processo de ensino e aprendizagem para com o discente surdo bem como também depende ainda falta políticas públicas voltados a esta temática, como medidas em promover um ensino inclusivo com qualidade, onde os estudantes sejam motivados por um currículo adequado, capaz de satisfazer as necessidades primárias.

REFERÊNCIAS

ALBRES, N. D. A., Neves, S. L. G. **Libras em estudo: política educacional.** FENEIS, 170, 2013.

BENITEZ, P.; DOMENICONI, C. **Inclusão Escolar: o Papel dos Agentes Educacionais Brasileiros.** Psicologia: Ciência e Profissão, 2015.

BOTELHO, P. **Segredos e Silêncios na Interpretação dos Surdos.** Belo Horizonte: Autêntica, 1998.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988 da educação especial.** Recuperado de http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=430-constituicao-de-1988&category_slug=documentos-pdf&Itemid=30192, 1988. Acesso em 08 de abr. de 2023.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva Brasília, 2005.**

CARVALHO, R. E. **Educação inclusiva: com os pingos nos “is”.** Porto Alegre: Mediação, 2004.

FRANCO, E, C. **Educação inclusiva: a importância da interação no espaço escolar entre docente e estudante surdo,** 2016.

GARCIA, R. M. C. **O conceito de flexibilidade curricular nas políticas públicas de inclusão educacional.** In: JESUS, D. M. (org.). **Inclusão, práticas pedagógicas e trajetórias de pesquisa.** Porto Alegre: Mediação, 2007. p. 11-20.

GERHARDT, E.; SILVEIRA, D. T. **Metódos de pesquisa. Universidade Aberta do Brasil (UAB).** Editora: UFRGS, Porto Alegre, 2009.

GIANOTTO, A. O. (2020). **O protagonismo da pessoa surda do ponto de vista do desenvolvimento local.** (Tese de doutorado). Universidade Católica Dom Bosco–UCDB. Campo Grande–MS.

GUARINELLO, A. C. et al. **O intérprete universitário da Língua Brasileira de Sinais na cidade de Curitiba.** Rev. bras. educ. espec. v. 14, n. 1, p. 63-74, 2008.

MACEDO, Y. M; SANTANA, E. **Políticas de inclusão do estudante surdo no contexto escolar**. Bahia, 2020.

MEC. Educação inclusiva: Atendimento educacional especializado para a deficiência mental. [2. ed.]. Brasília, 2006. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/defmental.pdf>. Acesso em 25 de mar de 2023.

NOZU, W. C. S., Bruno, M. M. G.; Cabral, L. S. A. (2018). **Inclusão no Ensino Superior:** políticas e práticas na Universidade Federal da Grande Dourados. *Psicologia Escolar e Educacional*, 22(spe), 105-113.

SACKS, O. **Vendo vozes:** uma viagem ao mundo dos surdos. Editora Companhia das Letras, 2010.

SOUZA, M, N, V. **Os desafios da aprendizagem de química para uma estudante surda**. São Bernardo, 2022.